

Policy Worlds, Anthropology and the Analysis of Contemporary Power



Shore, Chris; Wright, Susan; Però, Davide (eds). 2011. *Policy worlds, anthropology and the analysis of contemporary power*. EASA series, volume 14. Oxford, New York: Berghahn Books. ISBN: 978-0-85745-241-2, 343 pp., € 26.59

DOI: http://dx.doi.org/10.14195/2182-7982_31_7

Ao contrário da língua inglesa, que distingue semanticamente *politics* e *policy*, o português usa o termo *política* para se referir a ambos os significados. No presente texto quando falamos de *política*, estamos no entanto a referirmo-nos à política no sentido da *policy*, ou seja, à política enquanto princípio e método organizador fundamental da sociedade. Depois de *Anthropology of Policy* (1997) Chris Shore e Susan Wright juntam-se a Davide Però na organização deste *Policy Worlds* para dar continuidade ao desenvolvimento teórico da Antropologia das políticas. Este volume, que na sua introdução aponta o porquê da antropologia

abrir novas perspetivas ao estudo das políticas, propõe novos exemplos, assim como estratégias metodológicas, para o estudo das formas de poder contemporâneo. Como os organizadores do livro referem, a abordagem às políticas que propõem funciona como lente através da qual se estuda processos de transformação política em que o campo de investigação consiste não numa pessoa ou instituição particular, muito menos uma política reificada, mas antes num espaço social e político articulado em que podemos seguir a forma como a política é imaginada e contestada, e como tais imaginários podem ser pensados

como móveis no tempo e no espaço ao mesmo tempo que se revelam processos mais vastos de governação que moldam o mundo de hoje.

Uma das análises centrais é de que “as políticas não são simplesmente forças externas, generalizadas ou limitantes, assim como não estão apenas confinadas ao texto” (p.1). Elas mobilizam antes esta noção de *policy worlds*, ou seja, são “processos políticos nos quais atores, agentes, conceitos e tecnologias interagem em diferentes sítios, criando e consolidando novas racionalidades de governação e novos regimes de conhecimento e poder” (p.2). As políticas têm assim uma natureza produtiva e performativa, criando “novos espaços sociais e semânticos, novos conjuntos de relações, novos sujeitos políticos e novas redes de significado” (p.1) passíveis de ser etnografadas.

O livro está organizado em três secções com 16 capítulos no total, que se passa a descrever. A primeira secção reporta-se às formas como as políticas e os seus processos se articulam em diferentes sítios e escalas - locais, nacionais e supranacionais - revelando as formas como o poder opera, assim como os sistemas políticos mais vastos em que as políticas são firmadas e incorporadas. Se por um lado é essencial focar etnograficamente certos locais específicos onde detalhes da transformação social se tornam visíveis, por outro lado, isto não é

suficiente para se perceber a ligação a processos mais vastos de transformações sociais, económicas e políticas, bem como a emergência de novos sistemas de governação e formações de poder. Nesta secção todos os capítulos visam esta questão. Gregory Feldman, no segundo capítulo apresenta a “etnografia não-local” como metodologia inovadora na medida em que é construída não no local *per se*, mas nas ligações entre locais revelando como um *apparatus* ou um *dispositif* não localizável serve de instrumento na gestão da população. O seu capítulo parte do estudo da emergência de um conjunto de políticas levadas a cabo por diferentes autoridades na regulação da imigração na União Europeia (EU). Para tal situou-se numa agência específica, não para gerar descrições locais de como esses funcionários trabalham diariamente, mas para ter uma visão do processo de alinhamento dos domínios, até então separados, das políticas de segurança, de emprego, de direitos humanos e de desenvolvimento internacional. Deste local estratégico analisa como uma agência coordenadora, e a sua visão, informa uma multiplicidade de locais, contribuindo para uma “constelação anónima de controlo”. No terceiro capítulo David Mosse explora as objeções e problemas decorrentes de uma etnografia conduzida entre peritos, onde identidades profissionais e especializadas estão presentes assim como

os seus mundos culturais. Mosse foca em particular como é que os profissionais do desenvolvimento operam, estudando como trabalham quer no Banco Mundial, quer num local específico na Índia. Analisa como etnografar peritos envolve muitas vezes lidar com questões problemáticas como o consentimento interpretativo assim como outras questões éticas em jogo. Nos capítulos quarto e quinto, Nielsen e Wright e Reinhold, respectivamente, fornecem descrições de políticas em ação. Nielson explora o impacto de mudanças nas políticas de propinas no ensino superior para alunos de universidades não-europeias na Dinamarca, e de como esta política de propinas universitárias é um exemplo de como coisas, pessoas e tecnologias mobilizam diferentes subjetividades. Wright e Reinhold apresentam a estratégia de *studying through* como método que permite seguir (num sentido *Marcusiano*) uma lei, e ainda um conflito. O capítulo destas autoras é baseado num estudo que seguiu a cada momento dois anos de um conflito político em que uma tentativa de promover imagens positivas de homossexuais nas escolas britânicas acabou por se tornar numa legislação contra a promoção das *relações familiares pretendidas*. Partindo deste exemplo no Reino Unido na era de Thatcher, analisa como a partir deste caso concreto há processos de transformação política e ideológica imprevisíveis, em que polí-

ticas são reordenadas, adquirindo novos significados. Por último, nesta secção, Hyatt traça no capítulo sexto as transformações na passagem de um *dispositif* para outro, alegando que há uma continuidade entre as políticas sociais keynesianas e neoliberalismo, apontando as transformações sociais no sentido do que apelida de *law-and-order* ou *security state*, no qual a segurança é o principal objetivo das inovações políticas latentes na transformação entre estes dois modelos. A autora mostra como certas políticas apoiam uma transformação em que o estado se torna focado na segurança – de que é exemplo o pós 11 de Setembro nos Estados Unidos, e de como certas formas de autoritarismo têm origem a nível da comunidade.

A segunda secção do livro foca-se sobre as formas como o estudo das manifestações locais das políticas podem servir como estratégia para examinar transformações históricas nas estruturas de governação que moldam a vida dos indivíduos. Para os autores nesta secção é importante perceber como os acontecimentos e relações sociais que observamos num determinado campo se relacionam com os processos mais vastos de globalização e mudança a ocorrer nas sociedades e economias. Nesta medida uma antropologia das políticas procura também traçar as formas como forças no nível macro têm impacto em níveis locais. Se por um

lado é importante fornecer descrições que exploram a forma como atores se relacionam com estas forças sistêmicas, também se torna importante refletir sobre o que as etnografias mais situadas dizem destes processos estruturais que moldam a vida das pessoas. Nos últimos anos há uma tendência em falar-se de uma *governamentalidade neoliberal* que define os nossos tempos, e esta secção lembra que o neoliberalismo se apresenta em várias formas e que, portanto, este não deve ser tratado como monolítico, o mesmo se aplicando ainda à *governamentalidade* – termo de Foucault (1991) para caracterizar a racionalidade da forma moderna de governo e as suas práticas e tecnologias de governar os sujeitos. No capítulo sétimo, Schwegler estuda a reforma de pensões no México, focando as diferentes histórias contadas pelas elites políticas mexicanas e as contadas pelas elites do Banco Mundial, mostrando como o que originalmente era uma política promovida pelo Banco Mundial foi apropriada pelos policy-makers nacionais como sendo de sua autoria. No capítulo oitavo, Wedel examina os policy-makers nos EUA, a partir do papel mediático de um grupo de neoconservadores neste contexto. Mobilizando as ideias de *flex-net* e *flex-self*, ilustra nomeadamente a facilidade com que se movem entre papéis públicos e papéis privados entre os espaços ambíguos da governação, conseguindo influenciar e

levar a cargo políticas favoráveis aos seus interesses. Membros como Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz exemplificam como estas redes, as *flex-nets*, operaram, ilustrando ainda um fenómeno sociológico mais profundo que ocorreu durante a administração Bush: uma nova forma de governamentalidade que segundo o autor mina as características centrais que associamos à democracia liberal. Chris Shore, no capítulo nono por sua vez exemplifica como a análise na antropologia das políticas atravessa várias fronteiras espaciais. O espaço não é apenas geográfico. Nas esferas das políticas os espaços referem-se a vários níveis de análise. O estudo de Shore foca-se na política de espionagem do estado britânico, em particular traça a sequência de eventos que levou a que os aliados do Reino Unido votassem a favor da Guerra no Iraque, nos pós 11 de Setembro; e pergunta se os preceitos da *guerra ao terrorismo* criaram as condições para uma nova forma de governamentalidade, ou se, por outro lado, as revelações sobre a espionagem a instituições como as Nações Unidas não revelam uma face mais oculta da governação. No capítulo décimo, Randeria e Grunder consideram as ligações entre a lei e as políticas num caso que envolve o desenvolvimento das infraestruturas de transporte em Mumbai. Focam as relocalizações de pessoas deslocadas devido a projetos de desenvolvimento na Índia e Maharashtra, e de

como o Banco Mundial falhou ao tentar que estes governos adotassem os protocolos de realocação. Aqui foram os cidadãos, através dos procedimentos de queixa do Banco Mundial que conseguiram fazer com que essa política escalasse. No décimo primeiro capítulo, Nyquist analisa a reforma do sistema de pensões sueco enquanto tecnologia política, explorando como este novo esquema de pensões reconfigurou a relação entre cidadãos e o estado. Nyquist mostra como uma aliança de tecnocratas e políticos que implementaram políticas neoliberais de privatização e responsabilização de cidadãos deram eco ao Thatcherismo dos anos 80 no Reino Unido.

Na terceira e última seção do livro, Però apresenta quatro estudos de caso como exemplos dos papéis que os *governados* - contrariando as visões mais top-down do funcionamento das políticas - podem ter na transformação das políticas desenhadas e imaginadas por instituições poderosas que organizam os indivíduos, o seu comportamento e as relações sociais. Se muita da literatura das relações internacionais e da ciência política tende a assumir que os sujeitos são recipientes passivos construídos pelas políticas que agem sobre eles, com os capítulos desta seção examina-se como os recipientes das políticas podem negociar e contestar as políticas que os visam. No capítulo doze, Dorothy L. Zinn examina as práticas de resistência à instalação

de uma lixeira nuclear em Lucania, no sul de Itália, descrevendo a mobilização da maioria das pessoas locais num protesto sem precedente, e de como os discursos e práticas nesta mobilização inverteram a situação. No capítulo treze, Però examina e discute o uso da política como mecanismo para controlar grupos de interesse e minorias. Pegando nos seus estudos de caso em três contextos europeus, Espanha, Itália e Reino Unido assim como as práticas de cidadania coletiva por parte dos trabalhadores migrantes em áreas como a política de habitação, de imigração e de emprego na Europa ressalva a importância para os migrantes em conseguir aliados além dos seus círculos étnicos de forma a conseguirem ter mais agência e mais ligações com atores coletivos, dado que estão impedidos do voto e têm pouco capital social e político. Estes três estudos de caso sugerem ainda que os migrantes necessitam transcender o paradigma multicultural dominante que tende a construí-los primariamente enquanto sujeitos étnicos. No capítulo décimo quarto, Clarissa Kulberg narra o envolvimento e o papel das associações de minorias étnicas na própria política de integração das minorias no estado sueco, tendo ainda estas de entrar em negociação sobre as regulações que limitam a sua própria atividade. Uma espécie de auto-governo que é reforçado pelos procedimentos de auditoria do estado numa altura em que

cortes no financiamento público e soluções baseadas no mercado são introduzidas para gerir a relação entre governo e sociedade civil. Por último nesta secção, no capítulo quinze, Muller oferece uma visão das interações da FAO (*Food and Agriculture Organization*) com os grupos e indivíduos nos debates em torno da biotecnologia e dos OGMs, olhando para esta instituição enquanto um *dispositif* (ou em inglês *assemblage*) e de como o “diálogo” se torna uma forma de governação para a FAO, que neutraliza antagonismos desafiando a sociedade civil à necessidade de estratégias cautelosas para lidar com algumas controvérsias políticas da instituição.

No final do livro, Yanow fecha o volume em jeito de conclusão oferecendo uma leitura do campo da antropologia das políticas e deste volume particular.

Marta Roriz

**Centro de Investigação em Antropologia e Saúde / Departamento de Ciências da Vida
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal**

martaroriz2006@gmail.com

Referências bibliográficas

- Foucault, M. 1991. Governmentality *In*: Burchell, G.; Gordon, C.; Miller, P. (eds) *The Foucault effect: Studies in Governmentality*. London, Harvester Wheatsheaf: 87-104.
- Shore, C.; Wright, S. 1997. *Anthropology of Policy. Critical Perspectives on Governance and Power*. EASA series. London, Routledge.